

**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES
NO DEBATE DA PROPOSTA DO PCP PARA CRIAÇÃO DE UMA LIGAÇÃO
MARÍTIMA REGULAR ENTRE AS ILHAS DE SÃO MIGUEL E SANTA MARIA**

16 de Junho de 2015

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Esta é a terceira vez que o PCP traz esta proposta a este Parlamento. Fizemo-lo em 2012 e a nossa proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, naturalmente, do PSD, estranhamente, e as abstenções do BE e do CDS, coerentemente.

Repetimo-la em 2013 e mais uma vez a proposta foi rejeitada, desta vez apenas com os votos contra do PS, já que a posição do PSD evoluiu para a abstenção e o CDS e o BE mantiveram a ausência de opinião sobre o assunto. Ao PPM reconheça-se a coerência do voto a favor em ambas as votações.

Será que à terceira é que é de vez? Esperemos que sim, a bem dos marienses e do nosso Arquipélago.

Não se trata de uma teimosia nem de uma obstinação cega do PCP. Insistimos nesta proposta porque a consideramos justa e necessária e, mais do que isso, porque é uma solução reclamada por muitos micalenses e por muitos marienses. Persistimos e persistiremos quantas vezes forem necessárias, porque para isso fomos mandatados.

E podem escrever, Senhores Deputados, **mais cedo ou mais tarde, esta necessidade vai ter de ser satisfeita, mais cedo ou mais tarde esta proposta vai tornar-se realidade. O tempo que estamos a perder com a falta de perspectiva dos que ainda não conseguiram atingir uma visão integrada e integradora do nosso arquipélago, esse tempo custa muito caro e não pode ser recuperado.** Por isso apelo: vamos parar de perder tempo e começar a implementar as soluções, que até são óbvias, e de que as nossas ilhas precisam.

Senhora Presidente,



Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Uma maior integração de mercado, fluidez de circulação de pessoas e bens entre São Miguel e Santa Maria traria grandes vantagens às duas ilhas. Esse tanto, cremos, é inteiramente consensual, dentro e fora deste hemiciclo.

Agora a divergência surge quando avançamos para o passo seguinte e entramos na questão do: como é que vamos aumentar essa circulação na prática? Para nós a resposta parece-nos clara, para não dizer óbvia: **precisamos de um meio de transporte, regular, fiável, de capacidade e polivalência que possa oferecer transporte a baixo custo.** Este é um papel que não cabe por inteiro ao transporte aéreo e que necessita desta complementaridade, ou seja, de uma ligação marítima regular e dedicada entre S. Miguel e Santa Maria.

A regularidade é uma questão importante porque queremos abrir portas à criação de circuitos económicos que exigem trocas e movimentos frequentes. A operação de verão da Atlanticoline, nos moldes atuais ou com os futuros navios que o Governo encomendou, é útil e necessária, mas trata-se sobretudo apenas de aproveitar um influxo sazonal de passageiros, não é a tal ligação regular e permanente.

Acusam-nos, este ano, de apresentarmos uma proposta pouco clara, de não definirmos já o tipo de navio, velocidade, dimensões, frequência e até preço das viagens. Quem o faz procura desesperadamente argumentos para não aprovar, por pura teimosia, eles sim, ou mero cálculo político, a nossa proposta.

Apresentámos, como nos compete, uma proposta que define uma medida política de fundo. Essa é a competência deste Parlamento. Aprovada a nossa proposta, compete ao Governo estudar as formas de a implementar e apresentar para decisão por este Parlamento as alternativas mais viáveis e equilibradas. Governar, numa Democracia Parlamentar, é isso mesmo.

Neste momento a questão é a vontade política, ou a falta dela, do PS de criar esta ligação, de fazer este investimento. Quando essa vontade existir e se manifestar, passaremos à discussão desses detalhes.

A opção pela aquisição e não pelo aluguer de um navio surge como óbvia dada a natureza regular e permanente da ligação que propomos. O aluguer de navios é, a prazo, mais oneroso e está sujeito muitas vezes aos problemas bem conhecidos que sofremos na semana passada com as embarcações da Atlanticoline.



Uma objeção importante, que deve ser discutida, é a da rentabilidade financeira desta ligação. Mas, **em boa verdade os estudos de viabilidade económica nunca foram feitos, pelo que tanto se pode afirmar que a ligação será rentável, como não.** Assim, esse estudo, com base na qual se podem definir tipologias, frequências e preços, será a primeira das diligências que competirá ao Governo realizar.

Mas, acreditamos, embora os dados efetivamente não existam, que **esta não será, em especial no seu início, uma operação rentável. Não. Assumimo-lo claramente. Mas pensamos que este pode ser um investimento sustentável tendo em conta os benefícios económicos indiretos que pode gerar nas duas ilhas do Grupo Oriental.** E, a prazo, essa nova dinâmica económica pode tornar esta ligação lucrativa.

Em relação à objeção formalista, levantada por alguns, que esta medida não está enquadrada no Plano Integrado de Transportes, **tenho de repetir as mesmas exatas palavras que aqui proferi em Abril de 2013, por serem sobejamente claras.** Cito:

“Não discordamos, pelo contrário apoiamos, a criação de um plano integrado de transportes para a Região. Mas parece-nos óbvio e incontestável que este consenso em torno da criação de uma ligação marítima entre as ilhas do Grupo Oriental terá forçosamente de estar vertido nesse plano. Sendo assim, de que é que estamos à espera?”

Já perdemos tempo demais. São horas de começarmos a recuperá-lo. Planeemos, estudemos, discutamos, mas não atrasemos ainda mais o desenvolvimento das nossas ilhas. Quem quiser adiar ainda mais esta decisão terá de o explicar não só a este Parlamento, como também aos açorianos, e em particular aos micalenses e aos marienses.

Para nós, PCP, não há dúvidas que este é o momento acertado para a decisão política de criar essa ligação.” Citei.

Disse!

O Deputado do PCP Açores